

O que fazer? Entre a escola e o mercado de trabalho: as trajetórias percorridas pelos jovens brasileiros nas últimas décadas.

Raquel Lima¹

Introdução:

Entre os acontecimentos na vida do indivíduo, que marcam sua transição para a fase adulta, o processo de transição da escola para o mercado de trabalho certamente figura entre os mais importantes. A autonomização do status de dependência, caracterizado pela infância e pela adolescência, está intrinsecamente relacionada com a capacidade do indivíduo de garantir os meios materiais de sua sobrevivência através do seu trabalho. A entrada na vida adulta, condicionada à participação no mercado laboral, é um caminho desejado e construído socialmente. Contudo, se por um lado há uma pressão social para que os jovens trilhem este caminho, por outro, há inúmeras barreiras que se impõem à admissão de novos participantes nos mercados de trabalho contemporâneos (Guimarães, 2006). As dificuldades ou facilidades enfrentadas por candidatos ao primeiro emprego dependem dos arranjos institucionais, dos contextos macroeconômicos e de aspectos culturais existentes nos diversos países.

A intenção deste artigo é analisar quais foram as trajetórias trilhadas pelos jovens brasileiros nas últimas décadas. Para contemplar o objetivo do artigo, as trajetórias analisadas foram restritas ao tema da transição da escola para o mercado de trabalho. Desta forma, serão descritos os perfis dos jovens que só estudavam, daqueles que só trabalhavam, dos que trabalhavam e estudavam, dos que estavam desempregados e sobre os que não estudavam nem trabalhavam. Estas possibilidades tentam captar as particularidades do caso brasileiro no processo de transição da escola para o mercado de trabalho. A entrada precoce no mercado laboral e a conciliação entre estudo e trabalho são algumas das principais características que diferenciam o padrão de transição seguido pela juventude brasileira. O artigo também explora o caso dos jovens que não estudavam, não trabalhavam e que não estavam procurando emprego no período pesquisado. A expressividade deste grupo é um importante indicador do alcance das oportunidades existentes no país.

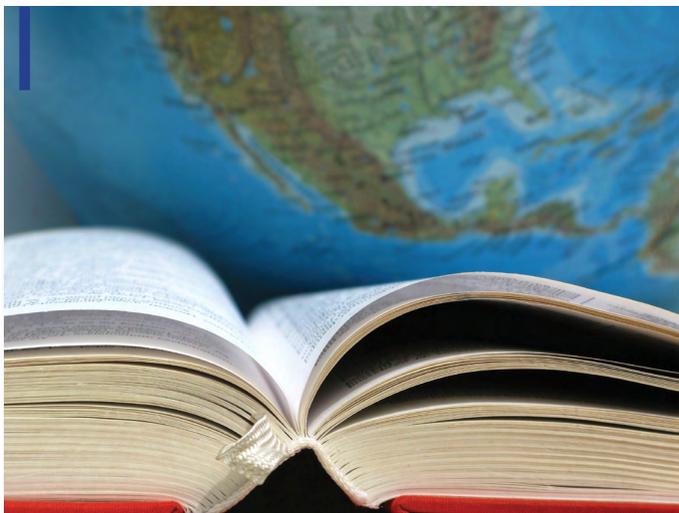
O período analisado compreende os anos de 1982-2006. Foram utilizados os dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad. A intenção é apresentar como evoluiu a situação do jovem, dentro da faixa etária de 17 a 19 anos, quanto às opções de educação e emprego existentes no país. Com a análise que se segue, também objetivamos discutir a evolução do quadro de desigualdade de oportunidades enfrentado pela juventude brasileira. Para isso, é necessário observar como as características dos jovens ou de sua família interferem nas decisões tomadas pelos mesmos.

Determinantes para a transição da escola para o mercado de trabalho

As próximas sessões destinam-se a apresentar o quadro teórico estabelecido para o estudo da transição da escola para o trabalho. Nesta tentativa, serão mobilizadas as principais hipóteses e os mais importantes conceitos formulados na área. É necessário ressaltar que as referências teóricas produzidas sobre o tema refletem majoritariamente os padrões europeus de transição. Dessa forma, ao focalizar o caso brasileiro, outras características emergirão.

*Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. E-mail: rlima@iesp.uerj.br

Sistema educacional e o mercado de trabalho



A entrada no mercado de trabalho seria teoricamente precedida por um período de preparação, que aconteceria dentro das instituições escolares. De posse das credenciais obtidas, o indivíduo estaria apto a pleitear uma vaga no mercado de trabalho, de acordo com suas aptidões e seus interesses. Mesmo sabendo que esta não é a regra, os pesquisadores concentram seus esforços na tentativa de compreender os determinantes do processo que conduz o indivíduo da escola para o trabalho.

Alguns autores, partidários da perspectiva industrialista (Blau e Duncan, 1967), argumentam que os efeitos da escolaridade sobre o destino ocupacional da população nos países industrializados são muito semelhantes. Outros autores, entretanto, chamam a atenção para diferenças que merecem ser estudadas. Um tema freqüentemente discutido pelos pesquisadores da área se refere às influências dos sistemas educacionais de cada nação sobre seu mercado de trabalho (Allmendinger 1989, Muller e Gangl 2003, Hannan 1996, Muller e Shavit 1998). De acordo com esta perspectiva, diferenças nas relações institucionais entre o sistema educacional e o mercado de trabalho seriam determinantes para a quantidade e a qualidade das ofertas de emprego existentes para os novos candidatos.

Para compreender os efeitos das diferenças institucionais entre os países quanto à educação e o impacto desta para o mercado de trabalho, Allmendinger (1989) classifica os sistemas educacionais de acordo com duas variáveis: padronização e estratificação. A padronização do sistema nos informa o grau de regulação e de equidade que a educação possui. Um sistema pode ser altamente regulado e padronizado apresentando as mesmas definições administrativas e curriculares em todas as regiões de um país. Por outro lado, a regulação do sistema educacional pode ser mais flexível, apresentando diferenças nos índices de qualidade, nas diretrizes e nos programas pedagógicos dentro de uma mesma nação. Já a estratificação nos informa sobre os índices de cobertura e sobre a diferenciação do sistema educacional – tracking –, graduações diferenciadas e possibilidades de mobilidade educacional. A presença ou ausência de alguma destas variáveis produzem sistemas educacionais distintos. Por exemplo, os Estados Unidos possuem um sistema educacional com baixos índices de padronização e de estratificação. Em contraposição ao caso americano, temos o exemplo alemão, país com altos índices de estratificação e de padronização. Estas características do sistema educacional afetam de maneira diferenciada o valor que as credenciais educacionais possuem para o mercado de trabalho. Conseqüentemente, tais diferenças são refletidas nas trajetórias escolares dos seus egressos.

As escolhas individuais são influenciadas pelas oportunidades oferecidas pelo ambiente institucional em que o indivíduo está inserido. Elas refletem, além de determinantes relacionados com a origem familiar de cada um, estratégias individuais que consideram o mercado de trabalho. Este, por sua vez, tende a se adaptar de acordo com as características da mão de obra disponível. No caso de países que possuem sistemas educacionais estratificados e padronizados, os empregadores sabem exatamente o que esperar dos egressos deste sistema. A credencial educacional que o indivíduo carrega é um indicador confiável das habilidades que este pode desempenhar. Isto ocorre na Alemanha onde o nível secundário é responsável por direcionar a trajetória dos alunos dentro do sistema educacional. Aqueles que seguem o ensino vocacional são treinados com a finalidade de responder às demandas oriundas do mercado de trabalho – são conhecidos como *apprenticeships* os quais possuem uma formação específica para executar uma atividade técnica.

Allmendinger (1989) afirma que, nesses casos, há uma forte ligação entre o sistema educacional e o sistema ocupacional estratificado. Aqueles oriundos de um ambiente escolar altamente padronizado e estratificado tendem a não experimentar muitas mudanças na carreira profissional. A especificidade das credenciais dispensa o empregador de fornecer aos novos contratados programas de treinamento no interior da empresa. O título obtido no sistema vocacional oferece uma colocação segura para o candidato. As pesquisas empíricas demonstram que indivíduos que possuem qualificação técnica provavelmente ocuparão posições mais vantajosas comparados àqueles que não a apresentam².

Se nos sistemas padronizados e estratificados o título educacional obtido é um bom sinalizador para o mercado de trabalho, o mesmo não acontece nos sistemas com baixa padronização e baixa estratificação. Nestes, o indivíduo tende a experimentar muitas mudanças de emprego ao longo de sua trajetória ocupacional. Geralmente, a formação acadêmica de nível secundário não capacita o estudante para o exercício de uma atividade específica, o que obriga o empregador a oferecer à mão de obra contratada treinamento complementar à formação escolar. As credenciais educacionais exercem a função de sinalizar para o mercado de trabalho que o indivíduo foi socializado em uma instituição onde características valorizadas pelo mercado, como obediência às normas e aos horários, são essenciais para o progresso em seu interior. Quanto maior o número de qualificações o candidato possuir maiores serão suas chances de conseguir a colocação desejada. Para representar esta situação, Thurow (1976) recorreu à imagem de uma fila de candidatos a empregos hierarquizados de acordo com o volume de suas credenciais educacionais – *Thurow's job queue*. A busca excessiva de maior qualificação por parte dos estudantes, tendo em vista alcançar o "topo da fila", pode desvalorizar as credenciais adquiridas. Tal fenômeno ocorre quando muitas pessoas atingem o mesmo nível educacional, de modo que este nível encontra-se saturado e passa a não possuir o mesmo valor que outrora lhe era atribuído. Por outro lado, em sistemas educacionais estratificados esta pressão por maior titulação tende a ser menor, pois os indivíduos, teoricamente, encontram

no mercado de trabalho posições que correspondem exatamente ao tipo de credencial obtida na escola.

Apesar das teorias que advogam a favor da semelhança dos efeitos da escolaridade para a alocação do indivíduo no mercado de trabalho em sociedades industrializadas, a argumentação apresentada acima nos mostra que o modo como o sistema educacional é estruturado impacta de maneira considerável a estrutura do mercado laboral. A diferença básica estaria na ênfase dada no sistema educacional de cada país para o ensino vocacional ou para o ensino generalista (acadêmico). Segundo a proposta de Marsden (1986), a partir da orientação do sistema educacional – vocacional ou acadêmico – é possível classificar os padrões de entrada (permanência) no mercado de trabalho de duas maneiras, que seriam: sistemas OLM – occupational labour market – e sistemas ILM – internal labour market. "A maior diferença entre os dois é a presença de educação e treinamento, proporcionando habilidades para ocupações específicas, que esperam gerar padrões de mobilidade no mercado de trabalho distintas das encontradas em sistemas de tipo ILM (tradução nossa)"³. As pesquisas apontam que jovens cidadãos de países com o sistema OLM experimentam com maior facilidade a transição da escola para o trabalho do que jovens cidadãos de países ILM. Isto aconteceria porque países com o sistema educacional estratificado, padronizado e, fundamentalmente, com a presença de um forte sistema vocacional agregariam às suas credenciais mais valor do que países com o sistema educacional apoiado no sistema secundário com formação geral, pouco estratificado e pouco pa-

dronizado.⁴ (Muller e Shavit, 1998). Gangl (2003) afirma que na medida em que é verificado que a estrutura do sistema educacional influencia a estrutura de recrutamento dos mercados de trabalho, o argumento ganha relevância para a comparação de padrões da transição da escola para o trabalho. O Brasil é um caso de país que adota o sistema ILM. A formação generalista oferecida no ensino médio não distingue os egressos deste mercado de trabalho. A estratégia de distinção utilizada pelos brasileiros, candidatos a uma vaga de emprego, seria a entrada no ensino superior em busca de credenciais específicas e o acúmulo dessas na lógica da corrida por diplomas.

Contudo, embora a relação descrita acima seja importante para compreendermos a entrada dos jovens no mercado de trabalho, ela precisa ser associada a outros fatores para obtermos uma explicação satisfatória e completa deste fenômeno. É necessário contextualizar a situação dos jovens candidatos ao primeiro emprego com a situação macroeconômica da nação e compará-los à situação geral de todos os trabalhadores da mesma. Assim como é necessário conhecer os padrões de transição demográfica e a situação do sistema educacional do país em questão para o desenvolvimento do tema proposto. Como a proposta do artigo é discutir apenas alguns destes fatores, a próxima seção apresentará a influência que as características de origem do indivíduo podem ter no processo de transição da escola para o mercado de trabalho. Tal discussão, clássica e bem conhecida pelos estudiosos de estratificação social, é, contudo, indispensável para o estudo do caso brasileiro.

Os efeitos da estrutura familiar

As características de origem do indivíduo, ou seja, os atributos que ele herda de sua família, representam, inegavelmente, fatores importantes para a determinação de seu destino. Alguns dos atributos tratados nesta sessão serão apresentados com o objetivo de sustentar teoricamente a descrição empírica que se fará do caso brasileiro. As características da estrutura familiar que foram selecionadas possuem relevância constatada em diversas pesquisas sobre o tema.

Capital Social – O tamanho da família e sua composição

Dentre os autores que mobilizam o conceito de capital social, para explicar as influências do tamanho da família para o alcance ocupacional ou educacional dos indivíduos, vários utilizam o conceito formulado por James Coleman. Para Coleman (1990), capital social é um recurso localizado na estrutura das relações sociais das quais o indivíduo faz parte. Redes densas de relações sociais são capazes de gerar recursos como confiança, reciprocidade, intimidade, que podem auxiliar de diferentes maneiras os indivíduos que dela fazem parte. Nessa perspectiva, capital social é um recurso que pode ser utilizado pelos indivíduos, mas sempre deve ser assimilado como um atributo pertencente a uma determinada estrutura social. Para que o indivíduo tenha acesso às vantagens, que são proporcionadas por este recurso, deve estar imerso na rede de relações sociais que o originou.

De acordo com esta perspectiva, cada família é interpretada como detentora de um estoque de recursos (capital social, econômico e cultural) a ser distribuído entre os membros da mesma. Aqueles pertencentes a famílias numerosas seriam prejudi-

cados, pois teriam que dividir os recursos disponíveis com um maior número de indivíduos (Lam e Marteleto 2006, Marteleto 2002, Hasenbalg 2003). Hasenbalg (2003) ressalta a importância do capital social neste contexto, pois, segundo o autor, é a partir deste recurso que os demais – capital econômico e cultural – serão convertidos "... em condições mais ou menos favoráveis à socialização das crianças, funcionando como um filtro para esses outros capitais" (HASENBALG, 2003: 56). A atenção, os cuidados, e a energia, de pais com grande número de filhos são rarefeitos entre os herdeiros. O mesmo déficit de capital social verificado em famílias numerosas é apontado para famílias monoparentais. As famílias que ofereceriam maiores vantagens quanto à disponibilização de recursos para seus filhos seriam aquelas com a presença de ambos os pais e pouco numerosas.

Esses argumentos derivam basicamente de duas hipóteses, que afirmam existir uma diluição de recursos e uma rivalidade entre irmãos. É válido ressaltar que tais percepções não são corroboradas por todos os autores. Os resultados das pesquisas realizadas não apontam para uma única direção (Lam e Marteleto 2006). Contudo, para o caso brasileiro parece haver uma tendência que confirma menor alcance educacional de jovens oriundos de famílias numerosas ou monoparentais. (Marteleto 2002, Hasenbalg 2003).

Os padrões de transição demográfica registrados em um país contribuem para entendermos a influência da estrutura familiar sobre a estrutura de oportunidades dos indivíduos. A questão da disputa de recursos é considerada em dois âmbitos: o âmbito familiar e o âmbito da população como um todo. O indivíduo compete com seus irmãos pelos recursos

oriundos de seus progenitores, assim como compete com os membros de sua coorte pelos recursos sociais disponíveis. Lam e Marteleto (2006) argumentam, por exemplo, que em termos nutricionais a competição intrafamiliar com um maior número de irmãos pode acarretar maiores prejuízos para cada membro considerado individualmente. Em contrapartida, pertencer a uma coorte numerosa pode trazer prejuízos quanto à competição por vagas no sistema educacional, por oportunidades de trabalho, entre outros. Os padrões de transição demográfica seguidos pelos países em desenvolvimento nos últimos 50 anos ilustram esta dinâmica. A primeira fase dessa transição é marcada pela queda nas taxas de mortalidade infantil. O efeito imediato, que decorre dessa queda, é o crescimento do número de crianças, o qual, conseqüentemente, gera o aumento do número de irmãos – famílias numerosas – e o crescimento da população como um todo. A segunda fase da transição demográfica é caracterizada pela queda nas taxas de fecundidade. As famílias tornam-se menores, contudo ainda registra-se aumento populacional. Finalmente, na terceira fase a queda nas taxas de fecundidade afeta o crescimento da população. Nesse sentido, temos tanto famílias menores quanto população menor (Berquó e Cavenaghi 2004, Lam e Marteleto 2006).

No Brasil, Lam e Marteleto (2006) classificam a 1ª fase da transição demográfica entre os anos de 1960-1970, a 2ª fase entre os anos 80-90 e a 3ª fase a partir de 1992. Carvalho e Wong (1995), por sua vez, consideram o período de queda acelerada das taxas de fecundidade como uma "janela de oportunidades" para diversas áreas. Podemos, por exemplo, citar o aumento substancial das oportunidades educacio-

nais registradas no país durante os anos 90. Berquó e Cavenaghi (2004) também apontam para a redução da taxa de fecundidade no Brasil. As autoras utilizam os censos de 1991-2000 com o objetivo de mapear as tendências de transição demográfica de acordo com as características socioeconômicas das brasileiras. Segundo seu argumento, haveria diferenças nos padrões de fecundidade segundo o nível de escolaridade, a situação do domicílio e a renda per capita familiar das mulheres brasileiras. Berquó e Cavenaghi (2004) ressaltam que para a faixa etária de 15-19 anos a taxa de fecundidade aumentou, contrariando a tendência geral de queda registrada para as outras faixas etárias. Trata-se de dado interessante, pois a maternidade precoce pode antecipar a saída da escola e, conseqüentemente, dificultar a progressão das jovens mães para o mercado de trabalho.

Capital Cultural

As credenciais educacionais conferem visibilidade ao estoque de capital cultural objetivado do indivíduo. Embora existam outros indicadores para mensurarmos o volume deste recurso, os títulos escolares são enfatizados devido a sua grande centralidade nas sociedades industrializadas contemporâneas. A escola é a instituição responsável por fornecer credenciais que habilitam o indivíduo para o desempenho de funções no mercado de trabalho. A posição que o indivíduo ocupará dentro deste, em grande parte, será definida através do alcance e do valor das credenciais obtidas. Dessa forma, o investimento educacional seria teoricamente uma das maneiras mais democráticas e certas de se obter melhores posições na hierarquia social. A progressão no sistema escolar está, contudo, intimamente ligada com o volume e a "qua-

lidade" do capital cultural do aluno. "E, o que é mais importante, a acumulação de capital cultural começa no processo de socialização primária na família, onde se desenvolve um sistema de disposições internalizadas (habitus de classe)" (HASENBALG, 2003:67).

Antes de representar uma instituição meritocrática e universalista, a escola valoriza e legitima o capital cultural dominado pelas classes sociais privilegiadas. Tal hipótese é defendida por diversos pesquisadores na Sociologia da Educação, conhecidos como os teóricos da reprodução. O livro "A Reprodução", de Bourdieu e Passeron (1975), é um marco desta vertente a partir do argumento de que a escola é uma instituição dominada pelas elites e que, por isso, tende a reproduzir as desigualdades existentes no meio social. As pesquisas enfatizam o capital cultural familiar como grande influência para a trajetória dos indivíduos. Dessa forma, a expansão do sistema educacional em determinado país nem sempre pode representar benefícios para todas as classes de sua população. Exemplos empíricos desse fenômeno se avolumam na literatura que trata sobre o tema.

Nas pesquisas que enfatizam os determinantes sobre as tomadas de decisões dos jovens brasileiros – prosseguir ou não com os estudos, entrar no mercado de trabalho, conciliar estudo e trabalho, etc. - a variável "educação dos pais" aparece como uma das mais influentes. Os jovens que possuem pais mais educados estariam em posição mais vantajosa quanto à progressão dos estudos (Corseuil et alii, 2001). Com a discussão dos dados teremos a possibilidade de verificar se essa tendência se confirma e se mantém no período analisado.

Transição da escola para o mercado de trabalho no Brasil

No Brasil, segundo Carlos Hasenbalg (2003), o estudo da transição da escola para o mercado de trabalho é dificultado por dois motivos "(1) o ingresso precoce no mercado de trabalho e (2) a conciliação ou superposição de estudo e trabalho" (HASENBALG, 2003: 148). Este padrão se diferencia do que seria considerada a forma pura de transição da escola para o mercado de trabalho, onde os efeitos das credenciais para alocação do indivíduo dentro da hierarquia de ocupações da sociedade brasileira não pode ser captado isoladamente. Ademais, as más condições de vida de parcelas da população ainda empurram, precocemente, um contingente significativo de indivíduos para o mercado de trabalho.



O sistema educacional brasileiro

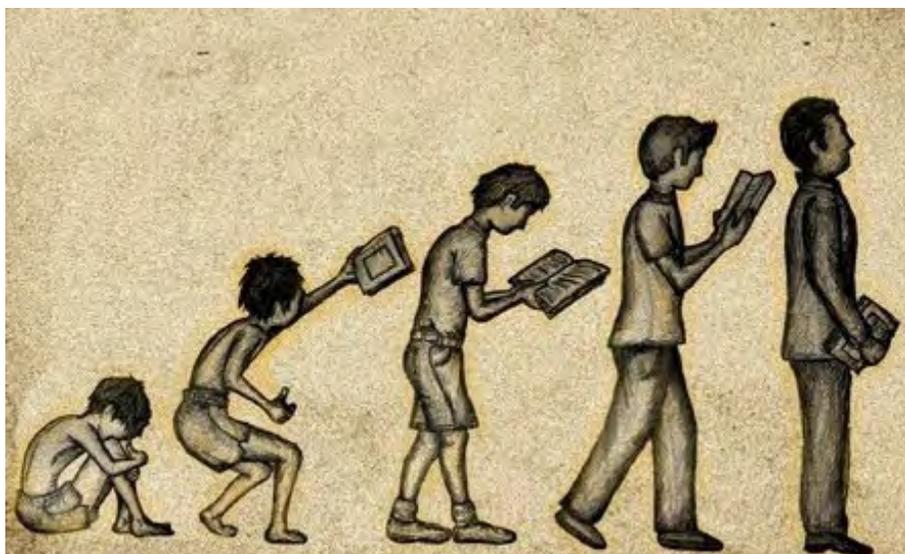
A mão de obra brasileira é caracterizada pelos baixos índices de qualificação. A entrada precoce desta população no mercado de trabalho compromete sua progressão escolar. Além deste fator, temos os baixos níveis de cobertura do sistema educacional brasileiro - que só foram expandidos satisfatoriamente para os níveis básicos de educação recentemente.⁵ Mesmo com a expansão do sistema educacional nos anos 90, a média de escolaridade da população ainda está abaixo dos padrões internacionais. Segundo Hasenbalg (2003), os ingressantes no mercado de trabalho em 1999 possuíam em média 6,5 anos de estudo completos.

O sistema educacional brasileiro, quando comparado internacionalmente, tanto por critérios de acesso quanto por critérios de qualidade de ensino, se encontra aquém até mesmo dos sistemas de países menos desenvolvidos economicamente. Os insucessos das políticas educacionais afetaram seriamente à qualificação da mão de obra brasileira. As medidas efetivas de inversão do quadro de atraso educacional do país são recentes e coincidem com o período de redemocratização do país no início da década de 80, quando o número de matriculados no sistema cresceu substancialmente. No período de 1991-1998, o Brasil atingiu a marca de 95% das crianças em idade elegível matriculadas no ensino fundamental (Castro, 1998). Tal índice de cobertura demonstra praticamente o alcance da universalização do acesso no nível básico de ensino brasileiro. Contudo, vencida a barreira do acesso neste nível, outros desafios se impõem. Os altos índices de retenção do sistema educacional brasileiro criam em seu interior uma grande distorção entre a idade do aluno e a série na qual ele se encontra. Os alunos que são reprovados repetidas vezes acabam desmotivados e abandonam o sistema antes de completarem todo o período de formação (Castro 1994, Castro 1998). Segundo Castro (1994), o estudante brasileiro no início dos anos 90 recebia em média 8,4 anos de escolaridade. Contudo, desse total, em média três seriam resultados de reprovações. Além da distorção idade/série, outro obstáculo se refere à qualidade do ensino básico oferecida. Os egressos do ensino fundamental apresentam dificuldades de compreensão de texto, de cálculo básico, que colocam em dúvida os avanços obtidos com a expansão do acesso.

O fracasso escolar empurra precocemente os jovens para o mercado de trabalho. Castro (1994) afirma que uma das conseqüências da lenta progressão dos jovens dentro do sistema seria os altos índices de evasão. Aqueles que não conseguem progredir acabam sendo absorvidos pelo mercado de trabalho em posições pouco rentáveis e seguras. Outro fator que colabora para o abandono precoce dos jovens do sistema escolar é o índice insatisfatório de cobertura do sistema secundário. No final da década de 90 o sistema atingia apenas 30% dos jovens na faixa etária de 15-17 anos (Castro, 1998), mesmo que recentemente o ensino médio também tenha registrado um rápido crescimento. Madeira (2006) argumenta que a evasão do sistema escolar provoca um encurtamento do espaço da juventude na vida do indivíduo. Segundo a autora, a expansão do ensino fundamental teria pouco impacto na decisão dos jovens quanto ao adiamento da formação de uma nova família – condicionada ou não ao nascimento do primeiro filho. Contudo, “a freqüência ao ensino secundário e, sobretudo, a conclusão desse ciclo deslocam de forma significativa a curva de tendência ao prolongamento do espaço da juventude.” (MADEIRA, 2006: 148)

O ensino médio no Brasil oferece majoritariamente uma formação acadêmica que possui como destino final o ensino superior. Ribeiro (2009) classifica, de acordo com as categorias propostas por Allmendinger (1989), o sistema educacional brasileiro como um sistema padronizado e generalista. Tal classificação se deve ao fato das escolas primárias e secundárias de todo o país seguirem a mesma orientação pedagógica, característica que é obedecida até mesmo nas poucas instituições que oferecem formação técnica no país. Nelas a formação secundária é alcançada após quatro anos, tempo necessário para o estudante cumprir o currículo padrão do sistema e se habilitar de acordo com a formação técnica escolhida.

As tentativas de estabelecer um sistema de ensino vocacional no país datam da década de 60, quando são construídos “ginásios polivalentes” e “ginásios orientados para o trabalho”, que ofereciam formação técnica. A iniciativa não atraiu os trabalhadores, que ao deixarem o ginásio encontravam posições mais vantajosas no mercado de trabalho do que aquelas oferecidas com a formação técnica nos ginásios. Na década de 70 os “ginásios polivalentes” e os “ginásios orientados para o trabalho” são extintos.



A formação técnica é deslocada para o ensino secundário. Porém, sem o devido planejamento, esta iniciativa fracassa e é extinta na década de 80. Em 1942 são criadas duas instituições fora do sistema acadêmico, com o objetivo de qualificar a mão de obra através da formação técnica: o Senai e o Senac. Castro (1994) chama atenção para a qualidade do ensino oferecido por tais instituições, especialmente o Senai. Também ressalta a grande absorção dos egressos deste sistema pelo mercado de trabalho. Tais iniciativas, entretanto, alcançam um número reduzido da população. A grande maioria dos egressos do sistema escolar secundário não é formada para o exercício de uma profissão específica, de modo que recém-formados acabam competindo com seus pares no formato de “fila de trabalho”, onde um maior o número de credenciais aumentam as chances de ser empregado.

O predomínio de uma formação acadêmica ou geral no sistema secundário sobre a educação vocacional e também o modelo de competição por empregos no formato de fila de trabalho geram uma corrida por credenciais que inflaciona a demanda pelo sistema terciário. O sistema de ensino superior brasileiro, por sua vez, não consegue responder a boa parte desta demanda. O sistema terciário brasileiro ainda seria um sistema elitista - de acordo, com a classificação proposta por Martin Trow (1975) que ordena os sistemas de ensino superior quanto à abertura desses (sistemas de elite, massa e universal). Dentre as alternativas para a expansão do ensino superior, Prates (2005) aponta duas tendências mundiais, que seriam: a ampliação da participação do setor privado e a diversificação das Instituições de Ensino Superior. Segundo Eunice Durham (2003), duas características destacam-se no processo de desenvolvimento do ensino

superior brasileiro. A primeira seria o desenvolvimento tardio do sistema⁶. A segunda característica seria a participação majoritária do Setor Privado no sistema de ensino superior. Durante a ditadura militar ocorrem inúmeras mudanças no sistema terciário brasileiro, por exemplo, são criados os departamentos e extinguidas as cátedras, é implantado o sistema de créditos, entre outros. Ainda é nesse período que o setor privado se vê livre para expandir-se sem precedentes no Brasil. Em 1960, o setor público era responsável por 56% das matrículas no ensino superior, enquanto o setor privado era responsável por 44% das matrículas. Em 1970, o setor privado passa a ser responsável por 50,5% das matrículas enquanto o setor público absorvia 49,5%. Já em 2001 os percentuais de matriculados no setor público e privado são respectivamente, 31% setor público para 69% no setor privado. A expansão do sistema através da rede privada coloca questões quanto à qualidade da formação oferecida e, conseqüentemente, quanto aos retornos que os egressos deste sistema alcançam (Prates, 2005). Muitas instituições particulares foram inauguradas no período da expansão do sistema, sem obedecer a critérios de qualidade: como corpo docente qualificado, infra-estrutura para pesquisa, investimentos em bibliotecas, dentre outros. O ensino superior brasileiro vive atualmente o dilema da democratização do acesso associado à qualidade da formação tanto em universidades e faculdades particulares quanto em instituições públicas.

Embora o sistema educacional brasileiro ainda apresente inúmeras deficiências, é necessário ressaltar o avanço das últimas décadas. O sistema se expandiu e a média de escolaridade da população aumentou. “A participação das pessoas com no mínimo oito

anos de estudos aumentou de 25,6% para 30% no período assinalado. Também verificou-se um crescimento de 14,4% para 16,5% do contingente populacional com 11 anos ou mais de estudo.”(CASTRO, 1998:11)

No período de 1990-1996, a média de escolaridade dos homens passou de 5,1 anos de estudo para 5,7 anos. O aumento para o público feminino é ainda maior no mesmo momento, quando as mulheres aumentaram sua média de escolaridade de 4,9 anos para 6 anos de estudo. A mudança fez com que o perfil educacional das mulheres melhorasse consideravelmente na década de 90, tornando-as mais educadas que os homens. O investimento do público feminino em qualificação se justifica, em grande parte, pelo interesse e pela maior participação deste público no mercado de trabalho.

Dados e Metodologia

Os dados utilizados nas análises apresentadas adiante são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Pnad é uma pesquisa anual probabilística de domicílios que abrange todo o território brasileiro. O público alvo são as pessoas residentes dos domicílios amostrados. A Pnad oferece um quadro rico de informações sobre a população brasileira que envolve diversos aspectos, como características sócio-demográficas, educacionais, da mão-de-obra, de habitação, entre outras.



O objetivo deste trabalho é apresentar as principais tendências para os padrões de transição da escola para o mercado de trabalho dos jovens brasileiros. Para cumprilo, foi construída a variável “o que faz?” que é composta de cinco possibilidades, a saber: 1) Só estuda 2) Só trabalha 3) Estuda e trabalha 4) Desempregado e 5) Não estuda nem trabalha. A proposta é investigar o comportamento dos jovens brasileiros de acordo com estas opções para os anos de 1982, 1986, 1990, 1999, 2003 e 2006.

De acordo com a literatura sobre o tema, foram selecionadas algumas variáveis que hipoteticamente causam maior impacto na variável dependente em questão. Além da dimensão do capital cultura e do capital social, também foi incluída uma variável que mensura a renda domiciliar do indivíduo para contemplar a dimensão do capital econômico. Avaliar como características associadas à origem do indivíduo, como o nível de escolaridade dos pais ou a renda familiar, impactam nas decisões dos jovens nos oferece um quadro da evolução da desigualdade de oportunidades do país. Também é interessante notar como características da composição familiar afetam essas decisões. Para observar tal influência, foram construídas variáveis que mensuram o tamanho da família a partir do número de filhos e a partir do número de idosos residentes no domicílio. A evolução da composição familiar pode ser relacionada aos padrões de transição demográficos discutidos anteriormente. Ainda sobre a composição da unidade familiar, temos a variável que indica a presença ou não do cônjuge no domicílio. Estas informações são úteis para a discussão sobre os efeitos do capital social para a trajetória dos jovens⁷.

Cada Pnad selecionada foi fragmentada em dois bancos de dados. Obedecendo aos seguintes critérios: 1) condição na unidade familiar = Filho 2) sexo = feminino ou masculino 3) Faixa Etária = 17-19 anos. Estas decisões se justificam de acordo com o interesse deste artigo em analisar os padrões de transição para o mercado de trabalho de jovens que ainda se encontram em situação de dependência de seus progenitores. Ou seja, aqueles que não formaram um novo domicílio. Nestas condições, será possível perceber como as distintas condições familiares influenciam nos padrões de transição seguidos pelos jovens. Outra decisão se refere à separação de homens e de mulheres para análise. A divisão se justifica através da literatura que aponta diferenças relevantes entre os dois sexos. As mulheres, por exemplo, permanecem por mais tempo na escola do que os homens. Por outro lado, como já mencionado, a participação do público feminino no mercado de trabalho vem aumentando nas últimas décadas. Os homens, por sua vez, costumam entrar mais cedo no mercado de trabalho do que as mulheres. O comportamento destas características será observado com a descrição dos dados.

Os métodos utilizados para mensurar as trajetórias seguidas pelos jovens brasileiros se baseiam na estatística descritiva. Ao longo da apresentação dos dados será descrito o comportamento da variável “o que faz” associada com as demais variáveis mencionadas acima. Essa técnica nos permite observar se existe uma associação significativa entre as variáveis analisadas. Como a maioria das variáveis selecionadas foi mensurada ao nível nominal (variáveis categóricas) a ferramenta analítica utilizada foi o cruzamento destas

variáveis. O objetivo destes cruzamentos foi o de captar diferenças percentuais consideráveis entre um grupo e outro. O teste qui-quadrado nos possibilita verificar se há associação significativa nos cruzamentos propostos. O teste basicamente mede o desvio do número de casos que foram observados do número de casos que seriam esperados caso as variáveis analisadas não apresentassem associação entre si, ou seja, no caso de independência.

Para a análise da relação entre a variável “o que faz” (categórica) e a variável “renda per capita familiar” (contínua) utilizamos o teste de variância – ANOVA – que nos permite afirmar se existem diferenças no nível médio da variável contínua entre as categorias da nossa variável “o que faz”. Segundo o teste de variância ANOVA, “quanto maior a variação entre grupos relativamente à variação intra-grupos, maior a significância das diferenças médias”. A razão F os indica o quão significante é essa diferença.

A limitação metodológica do trabalho está na ausência de modelos estatísticos que permitissem analisar o efeito conjunto das variáveis independentes sobre a variável “o que faz”. Também seria possível saber o efeito de uma variável independente sobre a dependente, controlado pelas demais.

Apresentação dos Dados

Quais foram os caminhos trilhados pelos jovens brasileiros entre 17 a 19 anos nas últimas décadas? Para tentar responder a essa questão, em primeiro lugar foram elaborados dois gráficos que apresentam a distribuição dos jovens pesquisados através dos cinco destinos propostos pela variável “o que faz”. Os resultados serão apresentados separadamente para homens e mulheres.

A primeira observação se refere aos jovens que apenas estudavam neste período. Os dados indicam melhora nos percentuais para homens e mulheres de 17-19 anos. As mulheres apresentam percentuais superiores do que o grupo masculino. Em 2006, 34,4% das jovens na faixa etária de 17-19 apenas estudavam, enquanto que para os homens o percentual registrado era de 24,5%. Contudo, a participação das mulheres que se dedicavam apenas as atividades escolares registrou queda de 3,4% do percentual registrado em 2003 para o percentual registrado em 2006. O ritmo de crescimento, considerando os percentuais de 1982-2006, foi de apenas 4,4% para as mulheres - praticamente a metade do crescimento registrado para os homens. A maior inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas pode estar interferindo nestes percentuais.

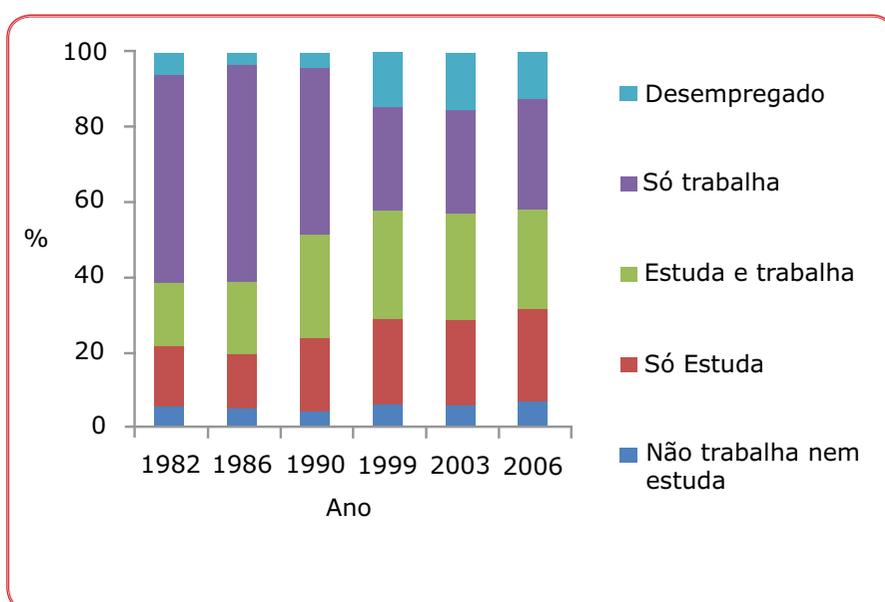
Dentre aqueles que estudam e trabalham, percebemos um crescimento percentual mais acentuado entre os homens de 17-19 anos do que as mulheres da mesma faixa etária. Na década de 90, as mulheres de 17-19 anos atingem a marca de 21% de participação nesta categoria e se mantém nesta média até o ano de 2006 - fato que comprova a maior participação do público feminino no mercado laboral nos últimos anos. A década de 90 também é importante para os homens de 17-19 anos que estudam e trabalham. Neste período, há um crescimento de 9 pontos percentuais na participação desses jovens na categoria. Em 2006, ocorre um leve decréscimo quanto aos percentuais registrados para os anos anteriores. Nesse ano, 26,4% dos jovens do sexo masculino, dentro da faixa etária em destaque, se dedicavam ao estudo e ao trabalho.

O crescimento da participação

dos jovens nas atividades citadas anteriormente reflete na queda registrada entre os jovens de 17-19 anos que se dedicavam exclusivamente ao trabalho. Entre 1982-2006, a participação nesta categoria diminui em 26,1% para os homens e 13,6% para as mulheres. Vale ressaltar, que para ambos há um leve crescimento para o percentual registrado em 2006 em comparação aos outros anos. Também para esta faixa etária, a participação dos jovens na categoria "só trabalha" é maior entre os homens do que as mulheres. Ainda sobre a participação dos jovens na PEA, os percentuais observados para desempregados nessa faixa etária chamam a atenção, especialmente para o forte crescimento registrado no final da década de 90 para ambos os sexos. Nos últimos três anos, em média 14,4% dos jovens nesta faixa etária estavam desempregados. As mulheres apresentaram percentuais levemente maiores do que os homens neste período. O aumento do percentual de desempregados em ambas as faixas etárias analisadas parecem se relacionar à crise da economia e da geração do emprego na década de 90. Os anos recentes não foram capazes de recuperar os índices observados na década de 80.

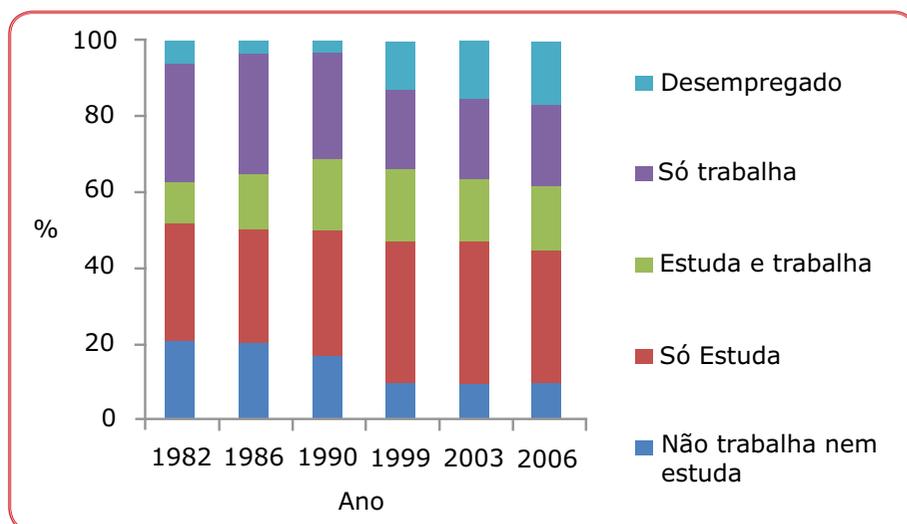
Por último, observamos uma tendência contrária para homens e mulheres de 17-19 anos dentre aqueles que não estudavam nem trabalhavam no período analisado. Os percentuais para as mulheres, para todos os anos considerados, são mais elevados do que os homens. Porém, se no caso das mulheres o período é marcado por queda nos percentuais durante a década de 90 e estabilização dos mesmos para a década recente, ocorre o contrário para os homens. Em 2006, 11,7% das mulheres de 17-19 anos não estudavam nem trabalhavam. A explicação para este percentual pode estar no fato da constituição de um novo domicílio e a conseqüente dedicação exclusiva do público feminino as atividades do lar – como aponta a literatura. Já para os homens de 17-19 anos 7,3% não estudavam e não trabalhavam em 2006. Hasenbalg (2003) adverte para a situação de vulnerabilidade deste grupo, que seria mais acentuada entre os homens: "os riscos decorrem da participação em subculturas marginais, uso e tráfico de drogas e comportamentos violentos." (HASENBALG, 2003:155).

Gráfico 1 – Distribuição percentual da variável "o que faz" entre os jovens do sexo masculino de 17-19 anos. Brasil 1982, 1986, 1990, 1999, 2003 e 2006.



Fonte de dados: Pnad

Gráfico 2 – Distribuição percentual da variável “o que faz” entre as jovens do sexo feminino de 17-19 anos. Brasil 1982, 1986, 1990, 1999, 2003 e 2006.



Número de filhos no domicílio:

Os resultados para as três variáveis destinadas a investigar a influência da estrutura/composição familiar para o destino do jovem, em sua maioria, não apresentaram resultados consistentes.

Os resultados obtidos para a associação da variável “número de filhos no domicílio” e a variável “o que faz” não nos permitiram apontar uma tendência ao longo de todo o período analisado, pois em vários cruzamentos não foi possível rejeitar a hipótese de independência entre as mesmas através do teste qui-quadrado. Por exemplo, para os anos representativos da década de 80 encontramos resultados para o destino dos jovens relacionado ao número de filhos no domicílio que contradizem os padrões apontados pela literatura (Marteleto 2002, Hasenbalg 2003). Tais resultados não foram considerados para análise, pois para o ano de 1986 apenas em um dos quatro cruzamentos realizados foi possível rejeitar a hipótese de independência entre as variáveis. Para os cruzamentos feitos para o ano de 1982 o teste qui-quadrado nos habilitou a rejeitar

a hipótese de independência ao nível de 5% de significância, porém a associação não parecia forte o suficiente a ponto de questionarmos as pesquisas produzidas na área até então⁸.

Os resultados que se mostraram mais confiáveis foram aqueles obtidos para os anos de 1990 e 1999. Desta forma, optamos por usar o ano de 1990 como base para a comparação com o ano de 2006. Para o último, os resultados encontrados também não foram completamente satisfatórios. O cruzamento entre as duas variáveis feito para os homens de 17-19 anos no ano de 2006 mostrou a impossibilidade de rejeitar a hipótese de independência para as mesmas.

De maneira geral, os resultados corroboram as hipóteses lançadas pela literatura sobre os efeitos negativos de famílias numerosas para a trajetória do indivíduo. Mantemos essa afirmação, pois como os gráficos demonstram as possibilidades do jovem “só estudar” decrescem à medida que aumenta o número de filhos presente no domicílio tanto para homens quanto para mulheres. Já as possibilidades do jovem “só trabalhar” ou de “trabalhar e estudar” crescem de acordo com o aumento do número de irmãos. Para a opção “não estuda nem trabalha” observamos, especialmente no caso das mulheres, que um número maior de irmãos também provoca um aumento na participação das jovens nesta categoria. É interessante notar que a desigualdade existente entre famílias pequenas e famílias numerosas diminuiu entre os dois anos analisados. Em 1990, a diferença de oportunidades dos jovens de acordo com a estrutura familiar era maior do que a registrada em 2006.

Gráfico 3: Distribuição percentual da variável “o que faz” de acordo com a variável “número de filhos no domicílio” para jovens do sexo masculino de 17-19 anos. Brasil, 1990 e 2006.

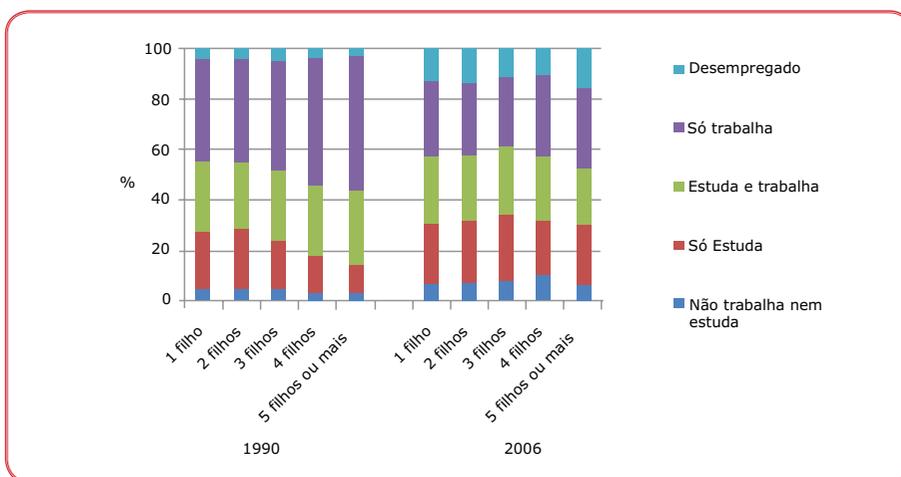
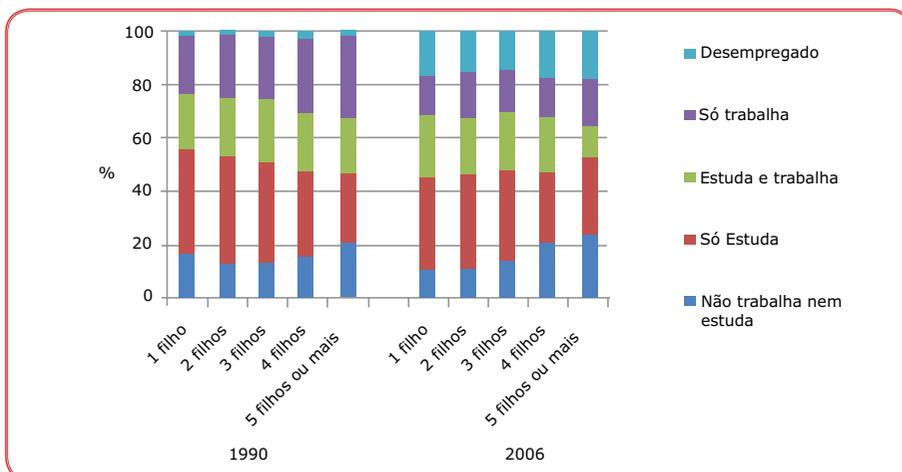


Gráfico 4: Distribuição percentual da variável “o que faz” de acordo com a variável “número de filhos no domicílio” para jovens do sexo feminino de 17-19 anos. Brasil, 1990 e 2006.



Fonte de Dados: Pnad

Presença do cônjuge no domicílio

Outro fator importante, que se relaciona com a estrutura/composição familiar do jovem para sua trajetória, é a presença ou não de ambos os pais no domicílio. A ausência do pai ou da mãe representaria uma perda importante de recursos disponíveis ao indivíduo. Esta é a principal hipótese defendida pelos teóricos que adaptam as teorias formuladas sobre os efeitos do capital social para o estudo da trajetória educacional e laboral dos jovens. Para averiguar tal hipótese, foi realizado o cruzamento da variável “o que faz” com a variável “família com a presença do cônjuge”. De acordo com o teste qui-quadrado, é possível rejeitar a hipótese de independência para estas variáveis.

Como demonstrado no gráfico - levando em consideração que a diferença percentual foi calculada subtraindo o percentual encontrado para os jovens de famílias com a presença de ambos os pais por aqueles encontrados para os jovens de famílias monoparentais - os jovens pertencentes às últimas proporcionalmente participam mais da categoria “só trabalha”. Contudo, não encontramos

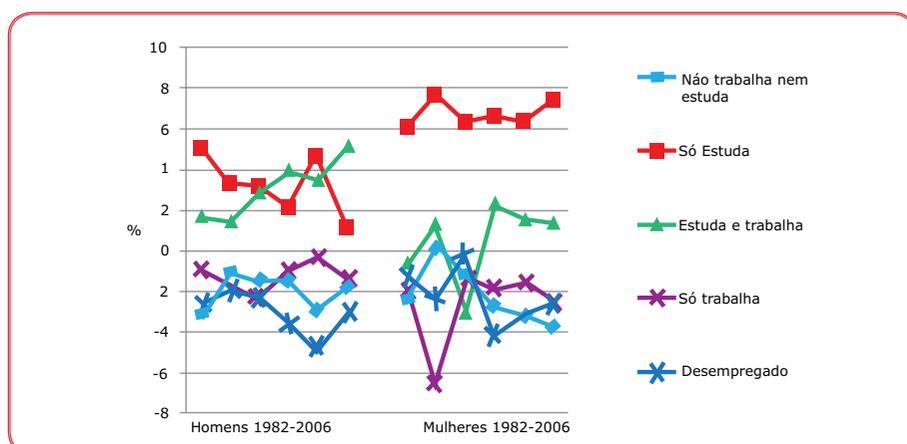
diferenças expressivas para esta categoria para nenhum dos grupos de jovens analisados, especialmente se considerarmos os anos mais recentes. Em relação à dedicação exclusiva ao trabalho, os jovens que possuem pai e mãe residindo no domicílio apresentam leve vantagem do que aqueles que não possuem. Ainda sobre a participação dos jovens na PEA, constatamos que aqueles pertencentes às famílias monoparentais estão mais representados na categoria “desempregados” do que os demais. Este fato pode representar a maior necessidade que estes jovens possuem de trabalhar do que aqueles que contam com a convivência de ambos os pais no domicílio.

Os jovens do sexo masculino que pertencem às famílias biparentais estão mais representados proporcionalmente na categoria “trabalha e estuda” do que os jovens pertencentes às famílias monoparentais. O que não significa necessariamente uma vantagem para os mesmos, pois a conciliação de estudo e trabalho pode prejudicar o avanço da trajetória escolar destes jovens.

Quanto à categoria “só estuda”, encontramos uma diferença importante entre homens e mulheres. No começo da década de 80, os jovens que possuíam pai e mãe residentes no domicílio eram mais representados proporcionalmente nesta categoria do que aqueles que não possuíam, contudo, na década de 90, essa vantagem começa a diminuir para os homens de ambas as faixas etárias, enquanto permanece praticamente constante para as mulheres de ambas as faixas etárias. Isso indicaria que a ausência de um dos pais no domicílio teria efeitos mais negativos para as mulheres do que para os homens. Tendo em vista, que em todo o período as meninas de famílias biparentais se dedicaram mais aos estudos exclusivamente do que as meninas de famílias monoparentais.

Finalmente, observamos que os jovens que possuem pai e mãe residindo no mesmo domicílio estão menos representados do que os demais na categoria “não estuda nem trabalha”. Esta diferença é maior entre as mulheres.

Gráfico 5: Diferença percentual entre domicílios com a presença de cônjuge e aqueles sem a presença de cônjuge para a distribuição de jovens de 17-19 anos em relação à variável “o que faz”. Brasil, 1982, 1986, 1990, 1999, 2003 e 2006.



Fonte de dados: Pnad

Escolaridade Máxima do Pai ou da Mãe

A escolaridade máxima do pai ou da mãe se mostrou uma variável de extrema importância para o destino dos jovens. Para todos os cruzamentos realizados encontramos uma associação forte entre a variável “escolaridade máxima do pai ou da mãe” e a variável “o que faz”. Dessa forma, rejeitamos a hipótese de independência das variáveis através do teste qui-quadrado com 95% de confiança. Os resultados encontrados corroboram as hipóteses lançadas pela literatura sobre a influência do capital cultural dos pais para a trajetória educacional – majoritariamente – e laboral dos jovens (Corseuil et alii, 2001, Hasenbalg, 2003). Optou-se por apresentar graficamente apenas os dados encontrados para os anos de 1982 e 2006 para facilitar a apreciação dos mesmos.

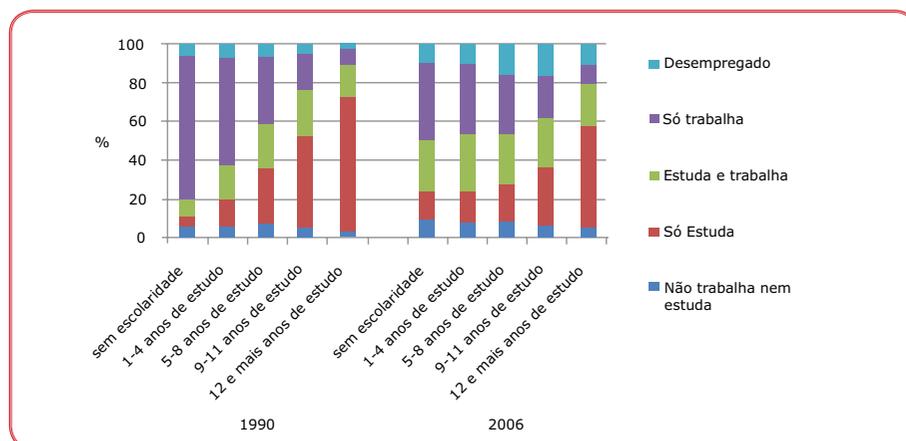
De maneira geral, podemos dizer que os jovens que possuem pais mais educados estão em vantagem do que aqueles que possuem pais pouco educados. Essa afirmação se comprova através da maior representação que os primeiros possuem na categoria “só estuda”, como os gráficos abaixo demonstram. Em contrapartida, os jovens que possuem pais menos educados estão mais representados na categoria “só trabalha”.

Observamos também que entre os anos de 1982-2006 houve redução da desigualdade de oportunidades para os jovens independente do nível de escolaridade dos pais, embora os jovens oriundos de famílias com maior capital cultural ainda estejam em vantagem em relação aos demais. A proporção dos filhos de pais com baixo capital cultural (sem escolaridade ou 1-4 anos de escolaridade) aumentou significativamente na categoria “só estuda” para ambos os sexos, enquanto a proporção dos filhos de pais com alto capital cultural permaneceu constante ou apresentou queda para a mesma categoria.

Observamos também que entre os anos de 1982-2006 a diferença entre os jovens que só trabalhavam diminuiu considerando as diferentes categorias de escolaridade dos pais. Vale ressaltar que para os jovens de 17-19 anos a proporção de filhos de pais com alto capital cultural (9-11 anos de estudo e 12 anos e mais de estudo) aumentou na categoria “só trabalha”- contrariando a tendência de queda observada para os demais na mesma categoria. É interessante notar que a participação na categoria “estuda e trabalha” cresceu para ambos os grupos analisados, independente do nível de escolaridade dos pais. Mesmo que os jovens filhos de pais menos educados estejam mais

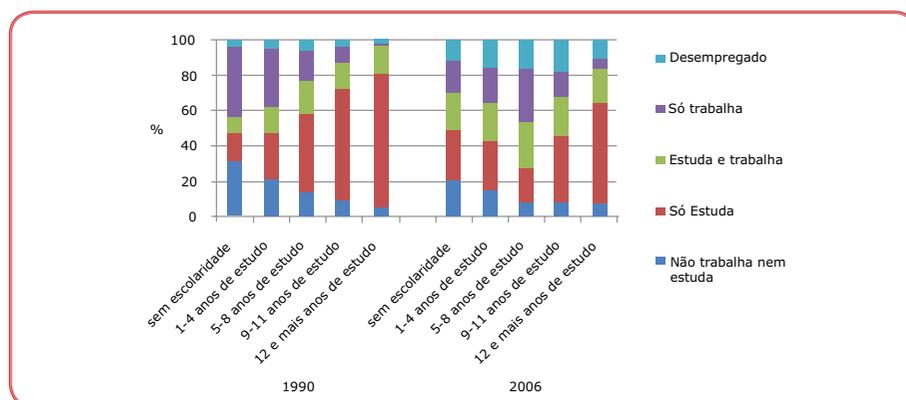
representados nesta categoria do que aqueles filhos de pais mais educados. Para a categoria “não estuda nem trabalha”, as maiores mudanças foram registradas para as mulheres. A participação de meninas pertencentes às famílias com baixo capital cultural na categoria “não estuda nem trabalha” declinou entre os dois anos. Dessa forma, a diferença registrada nesta categoria entre aquelas e as meninas pertencentes às famílias com alto capital cultural diminuiu entre 1982 e 2006. Por último, o número de jovens desempregados cresceu significativamente. Observamos níveis de desemprego semelhantes para todos os jovens independente do nível de escolaridade dos pais.

Gráfico 6: Distribuição da variável “o que faz” de acordo com a variável “educação máxima do pai ou da mãe” para jovens do sexo masculino de 17-19 anos. Brasil, 1982 e 2006.



Fonte de dados: Pnad

Gráfico 7: Distribuição da variável “o que faz” de acordo com a variável “educação máxima do pai ou da mãe” para jovens do sexo feminino de 17-19 anos. Brasil, 1982 e 2006.



Fonte de dados: Pnad

Renda Familiar Per Capita

A partir dos resultados obtidos com o teste de variância ANOVA, podemos dizer que há diferença significativa no nível médio da renda familiar per capita de acordo com a atividade exercida pelos jovens. Particularmente, podemos inferir que a maior variação ocorre entre o grupo de jovens que “só estudam”, quando comparados aos demais. Para tornar evidente esta afirmação, iremos apresentar duas tabelas que expõem a diferença média de renda para cada categoria da variável “o que faz” para os jovens de ambos os sexos e faixas etárias. As tabelas também trazem informação se a diferença encontrada é significativa ao nível de 5% de significância - se referem aos dados destacados em negrito.

Em relação aos jovens de 17-19 anos, percebemos que a maior variação na média da renda ocorre entre o grupo daqueles que só estudavam comparados aos demais. É pertinente inferir que os jovens de 17-19 anos pertencentes às famílias com melhores condições financeiras possuem uma vantagem importante frente aos demais. São estes jovens que possuem as maiores chances de progredirem no sistema educacional até os níveis superiores e ao mesmo tempo adiar o início da carreira profissional.

É necessário ressaltar que para as mulheres de ambas as faixas etárias a diferença na média de renda, em sua maioria, entre os grupos “estuda e trabalha”, “não estuda nem trabalha” e “só trabalha” também se mostrou significativa. O grupo de mulheres que estudavam e trabalhavam possuíam média de renda superior do que aquelas que não estudavam nem trabalhavam e em relação às que apenas trabalhavam.

Tabela 2: Diferença média da renda familiar per capita para o destino dos jovens de 17-19 anos.
Brasil, 1982, 1986, 1990, 1999, 2003 e 2006.

		1982	1986	1990	1999	2003	2006
Homens 17-19 anos							
Não trabalha nem estuda	Só Estuda	-337,23	-447,24	-307,12	-328,92	-320,92	-328,26
	Estuda e trabalha	-147,43	-264,23	-72,22	-45,70	-120,86	-88,84
	Só trabalha	14,42	-27,43	3,67	59,89	-34,62	-30,40
	Desempregado	6,17	-4,77	26,40	28,98	-47,65	-23,87
Só Estuda	Não trabalha nem estuda	337,23	447,24	307,12	328,92	320,92	328,26
	Estuda e trabalha	189,80	183,01	234,91	283,22	200,06	239,42
	Só trabalha	351,64	419,81	310,80	388,81	286,31	297,86
	Desempregado	343,39	442,47	333,52	357,90	273,27	304,39
Estuda e trabalha	Não trabalha nem estuda	147,43	264,23	72,22	45,70	120,86	88,84
	Só Estuda	-189,80	-183,01	-234,91	-283,22	-200,06	-239,42
	Só trabalha	161,85	236,79	75,89	105,59	86,25	58,45
	Desempregado	153,60	259,46	98,61	74,69	73,21	64,97
Só trabalha	Não trabalha nem estuda	-14,42	27,43	-3,67	-59,89	34,62	30,40
	Só Estuda	-351,64	-419,81	-310,80	-388,81	-286,31	-297,86
	Estuda e trabalha	-161,85	-236,79	-75,89	-105,59	-86,25	-58,45
	Desempregado	-8,25	22,67	22,72	-30,91	-13,04	6,53
Desempregado	Não trabalha nem estuda	-6,17	4,77	-26,40	-28,98	47,65	23,87
	Só Estuda	-343,39	-442,47	-333,52	-357,90	-273,27	-304,39
	Estuda e trabalha	-153,60	-259,46	-98,61	-74,69	-73,21	-64,97
	Só trabalha	8,25	-22,67	-22,72	30,91	13,04	-6,53

Mulheres 17-19 anos							
Não trabalha nem estuda	Só Estuda	-281,72	-347,72	-259,83	-353,37	-236,07	-287,58
	Estuda e trabalha	-213,82	-363,50	-169,49	-158,86	-126,40	-131,83
	Só trabalha	-46,69	-62,46	-55,28	-32,70	-57,98	-44,32
	Desempregado	-99,06	-126,76	-49,27	-84,84	-20,62	-5,47
Só Estuda	Não trabalha nem estuda	281,72	347,72	259,83	353,37	236,07	287,58
	Estuda e trabalha	67,90	-15,78	90,33	194,51	109,67	155,74
	Só trabalha	235,03	285,26	204,55	320,67	178,09	243,25
	Desempregado	182,66	220,96	210,56	268,53	215,44	282,11
Estuda e trabalha	Não trabalha nem estuda	213,82	363,50	169,49	158,86	126,40	131,83
	Só Estuda	-67,90	15,78	-90,33	-194,51	-109,67	-155,74
	Só trabalha	167,13	301,04	114,21	126,16	68,42	87,51
	Desempregado	114,76	236,74	120,23	74,02	105,78	126,37
Só trabalha	Não trabalha nem estuda	46,69	62,46	55,28	32,70	57,98	44,32
	Só Estuda	-235,03	-285,26	-204,55	-320,67	-178,09	-243,25
	Estuda e trabalha	-167,13	-301,04	-114,21	-126,16	-68,42	-87,51
	Desempregado	-52,37	-64,31	6,01	-52,14	37,36	38,86
Desempregado	Não trabalha nem estuda	99,06	126,76	49,27	84,84	20,62	5,47
	Só Estuda	-182,66	-220,96	-210,56	-268,53	-215,44	-282,11
	Estuda e trabalha	-114,76	-236,74	-120,23	-74,02	-105,78	-126,37
	Só trabalha	52,37	64,31	-6,01	52,14	-37,36	-38,86

Fonte de dados: Pnad

*Valores em negrito são significativos ao nível de 5%

Considerações Finais:

Descrever os tipos de transição da escola para o mercado de trabalho do jovem brasileiro entre 17 e 19 anos foi o objetivo central deste trabalho. Para cumpri-lo o artigo apresentou a evolução destes jovens a partir dos cinco destinos propostos pela variável "o que faz" através das últimas décadas.

A baixa qualificação da mão de obra brasileira era devedora de um sistema educacional pouco desenvolvido e da grande geração de empregos de baixa qualidade pelo mercado de trabalho nacional. Essa combinação de fatores possibilitava que o trabalhador pouco qualificado encontrasse uma colocação no mercado de trabalho.

Na década de 90, a reestruturação do mercado de trabalho brasileiro, orientada pela lógica de desenvolvimento neoliberal associada à crise econômica mundial, diminuiu

consideravelmente a oferta de empregos no país. Concomitantemente a este período, ocorre a expansão do sistema educacional brasileiro com a universalização do nível básico de ensino e a expansão dos demais em ritmo menos acelerado.

A conjuntura socioeconômica vivida pelo país no período analisado é um dado importante para a compreensão das decisões tomadas pelos jovens brasileiros quanto às suas trajetórias. Indiretamente, pode-se afirmar que a maior cobertura do sistema de ensino possibilitou o adiamento da entrada no mercado de trabalho tanto para homens quanto para mulheres. O ingresso precoce no mercado de trabalho é uma das maiores barreiras à maior qualificação da mão de obra brasileira. No período analisado, constatou-se um aumento crescente na proporção de jovens que só estudavam, enquanto

observamos queda contínua na proporção dos jovens que apenas trabalhavam. A maior permanência no sistema educacional possui benefícios para os jovens que ultrapassam a questão da qualificação profissional. Como mencionado anteriormente, Madeira (2006) afirma que o maior alcance educacional "prolonga o espaço da juventude" ao evitar que o indivíduo forme precocemente uma nova família.

Certamente, o aumento da dedicação exclusiva dos jovens às atividades escolares, associado à queda da participação desses em atividades exclusivamente laborais, é uma das maiores conquistas do período entre 1982-2006. A década de 90 é o período crucial para a verificação desta tendência. No ano de 1999, houve um crescimento acentuado dos jovens que só estudavam, enquanto verificou-se queda significativa entre

aqueles que só trabalhavam, em relação aos anos anteriores. Contudo, é importante ressaltar que o número de jovens que conciliam estudo e trabalho também aumentou neste período. Esse fato pode ser explicado pela pressão que jovens da faixa etária de 17-19 anos sofrem para o ingresso no mercado de trabalho. Os benefícios oriundos da expansão do sistema educacional devem ser relativizados diante deste dado. A literatura aponta que a conciliação de ambas as atividades resulta em prejuízos para a trajetória escolar dos jovens brasileiros. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo entre os jovens que desfrutaram de contextos familiares com maiores recursos – maior estoque de capital cultural e de capital social – cresceu o percentual daqueles que trabalhavam e estudavam. A cultura de valorização do trabalho como mecanismo de amadurecimento e inserção na vida adulta pode ser uma das explicações para este fato, especialmente no caso dos homens.

Os resultados também demonstraram que houve um crescimento considerável no percentual de jovens desempregados, principalmente após a década de 90. A década de 80 foi marcada por sérias crises fiscais no âmbito econômico. A instabilidade vivenciada na época afetou diversos setores da economia, que não conseguiram retomar o ritmo de crescimento registrado no período do milagre econômico. Porém, o nível de empregos permaneceu estável durante este período. As políticas de estabilização da economia, implantadas na década seguinte, alteraram esse quadro. A reestruturação do mercado de trabalho ocorrida na década de 90 aumentou o nível de desemprego no país para todos os trabalhadores, inclusive para os jovens como os dados demonstraram.

O nível de emprego registrado na década de 80 não foi retomado no período recente.

A análise segmentada por sexo se mostrou também relevante. Os jovens do sexo masculino participam proporcionalmente mais da PEA do que as jovens do sexo feminino. As mulheres estão mais representadas somente no grupo dos desempregados.

Quanto aos meninos de 17-19, anos um percentual em particular chama atenção. Em 2006, 7,3% dos jovens nesta faixa etária não estudavam nem trabalhavam. A tendência registrada para o grupo foi de crescimento no período analisado. Os jovens inativos são tratados como um grupo mais vulnerável à grupos marginais e violentos da sociedade (Hasenbalg 2003, Camarano 2006). É necessário compreender os determinantes que levam estes indivíduos a escolherem tal “destino”. Tal grupo deve ser considerado como um alvo potencial de políticas públicas direcionadas para a juventude.

A trajetória das mulheres no período de 1982-2006 merece outro destaque especial. O percentual das meninas que não estudavam nem trabalhavam era expressivo na década de 80 para ambas as faixas etárias. Após a década de 90, o grupo de meninas inativas diminuiu consideravelmente. A participação do público feminino no mercado de trabalho e, especialmente, no sistema educacional cresceu significativamente nas últimas décadas. Foram as mulheres as maiores beneficiadas com a expansão do sistema educacional. Velhos estereótipos quanto ao papel da mulher na sociedade são questionados diante os novos modos de inserção da mulher no espaço público. Atualmente, a mulher se apresenta ao mercado como mão-de-obra mais qualificada do que os homens, mes-

mo que ainda tenha que lidar com obstáculos, como diferenças salariais e ocupacionais, frutos de preconceitos ainda vigentes.

Para além da influência da conjuntura socioeconômica brasileira para a determinação das trajetórias dos jovens pesquisados, também foi investigado, no presente artigo, o impacto ocasionado pelas características de origem do indivíduo nesta etapa da vida. A partir das análises realizadas, foi possível identificar a força da associação de cada variável explicativa em relação à variável dependente “o que faz”, assim como foi possível perceber como os padrões de tais associações se modificaram durante o período analisado.

De maneira geral, os resultados encontrados corroboram as teorias que foram apresentadas e discutidas ao longo do trabalho. Determinadas características colocam alguns jovens em posição de vantagem em relação aos outros – ou seja, favorecem que os jovens se dediquem mais aos estudos e menos a atividades ligadas ao mercado de trabalho.

Os resultados encontrados para aos cruzamentos feitos entre as variáveis destinadas a mensurar o volume de capital social presente na família do jovem e a variável “o que faz” não foram conclusivos quanto à relevância destas associações. Aparentemente, os jovens que detêm ao seu dispor maior estoque de capital social possuem maiores vantagens do que os outros. Já os resultados encontrados para a variável destinada a mensurar o estoque de capital cultural familiar do jovem se mostrou extremamente relevante para o tema analisado. Os jovens oriundos de famílias com alto capital cultural são os que mais se dedicam aos estudos e menos às atividades laborais e a inatividade. Contudo, no período analisado percebemos queda na de-

sigualdade existente entre filhos de pais com alto capital cultural e filhos de pais com baixo capital cultural.

Por fim, percebemos que a renda familiar é uma variável importante para a determinação do destino dos jovens. Os jovens que só estudavam possuíam renda familiar per capita superior aos jovens pertencentes às demais categorias. Os jovens que não estudavam nem trabalhavam,

aqueles que só trabalhavam e os que estavam desempregados eram os que apresentavam nesta ordem as piores condições econômicas frente aos que só estudavam. Aqueles que trabalhavam e estudavam eram os que mais se aproximavam dos que só estudavam em relação à renda. Não observamos tendências à redução da desigualdade de renda entre as categorias analisadas para o período

entre os anos de 1982-2006.

De maneira geral, as últimas décadas foram responsáveis pelo aumento da participação dos jovens no sistema educacional brasileiro. Além disso, outro fato importante se refere à redução da desigualdade de oportunidades entre jovens com diferentes características sociais e familiares.

Apêndice

Variáveis Utilizadas:

Escolaridade máxima do pai ou da mãe – Maior nível de escolaridade alcançado pelo pai ou pela mãe do indivíduo:

- Sem escolaridade
 - 1-4 anos de escolaridade
 - 5-8 anos de escolaridade
 - 9-11 anos de escolaridade
 - 12 e mais anos de escolaridade
- Renda per capita familiar Cor/Raça:

Número de filhos no domicílio:

- 1 filho
 - 2 filhos
 - 3 filhos
 - 4 filhos
 - e mais filhos
- Número de Idosos com mais de 65 anos ou mais no domicílio

Presença do cônjuge no domicílio⁹

- Presença do cônjuge
- Ausência do cônjuge

Notas

1. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ.
2. Por outro lado, existem autores que questionam os sistemas vocacionais por estes rotularem precocemente os integrantes do sistema educacional. Estes autores argumentam que as credenciais obtidas no sistema vocacional são menos prestigiosas do que aquelas obtidas no sistema acadêmico universitário. Ainda afirmam que o processo de seleção dos estudantes para as diferentes carreiras oferecidas pelo sistema educacional estratificado seria marcado por preconceitos e discriminações relacionados à origem social daqueles. Uma vez direcionado para um tipo de carreira dentro deste sistema a probabilidade de mudança seria muito pequena. Contudo, os resultados das pesquisas mostram que os sistemas educacionais estratificados também desempenham um papel positivo. É o que afirma Muller e Shavit (1998) sobre o valor das credenciais obtidas nestes sistemas, que aumentariam as oportunidades ocupacionais de seus egressos e, sobretudo, reduziriam a probabilidade de ingresso destes em empregos de baixa qualidade.
3. The key difference between the two is the presence of an education and training providing occupationally specific skills and expected to generate patterns of LM mobility that deviate from those found in ILM-type systems. (Marsden 1986 in GANGL, 2003:109).
4. Hannan (1996) afirma que as vantagens dos egressos dos sistemas vocacionais frente aos demais seriam registradas apenas no primeiro ano após o término do período escolar e a entrada no mercado de trabalho. Após um período de cinco anos, pesquisas mostrariam que estudantes de diferentes países europeus se tornariam bastante similares quanto aos retornos obtidos no mercado de trabalho.
5. Segundo os dados da UNESCO disponíveis em <http://stats.uis.unesco.org/unesco>, para o ano de 2002 o Brasil apresentava as seguintes taxas líquidas de 92% de cobertura para o nível básico e de 75% para o nível secundário. No mesmo ano para o nível superior a taxa bruta era de 20% de cobertura.
6. Diferentemente dos colonizadores espanhóis, os portugueses não permitiam o funcionamento de universidades em suas colônias. As primeiras escolas de ensino superior no Brasil foram implantadas a partir do ano de 1808, com a instalação da corte portuguesa em solo brasileiro. No período que compreende os anos de 1808 a 1889, são criadas escolas (instituições isoladas) para a formação de profissionais liberais. Já as primeiras universidades surgem no período de 1930-1945, com o governo Vargas. Apenas no período militar que o sistema brasileiro registra taxas elevadas de crescimento de matrículas.
7. A descrição das categorias das variáveis utilizadas nas análises apresentadas encontra-se no apêndice deste artigo.
8. Um melhor ajuste entre a variável “o que faz” e a variável “número de filhos no domicílio” poderia ser alcançado, caso utilizássemos a última como variável contínua e não como categórica. Contudo, este teste não foi realizado para este trabalho.
9. Não há distinção nesta variável do sexo do cônjuge. O que representa uma limitação para análise, pois seria interessante ver (se há) a diferença da ausência do pai ou da mãe para a trajetória dos jovens.

Bibliografia

- ALLMENDINGER, J. "Educational System and Labor Market Outcomes". *European Sociological Review*. Vol. 5 N. 3, 231-250. 1989.
- BARROS, R. et alii. "Uma análise das principais causas da queda recente da desigualdade de renda brasileira". *Econômica*. Vol. 8, n.1, junho. 2006.
- BARROS, R. P. de. MENDONÇA, R. S. P. de. "Uma Avaliação da Qualidade do Emprego no Brasil". Texto para Discussão nº381, Ipea. 1995.
- BERQUÓ, E. e CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 2004.
- BLAU, P. and DUNCAN, O. D. *The American Occupational Structure*. New York: John Wiley and Sons. 1967.
- BORDIEU, P. e PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.
- CAMARANO, A. A. e GHAOURI, S. K. E. Famílias com idosos: ninhos vazios? XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 2002.
- CAMARANO, A. A. et alii. "Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalhar?" In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006. pp. 259-289.
- CARDOSO, A. "Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: Persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas". *Revista Dados*, Vol. 51, N. 3, 569-615. 2008.
- CASTRO, C. M. *Educação brasileira: consertos e remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- CASTRO, M. H. G. *Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1990
- CORSEUIL, C. H., SANTOS, D. D., FOGUEL, M. N. "Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina". Texto para Discussão nº797, Rio de Janeiro: Ipea, 2001.
- DURHAM, E. R. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. S. Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, 2003 (Documento de Trabalho).
- GANGL, M. "The structure of labour market entry in Europe: a typological analysis." In: MULLER, W. and GANGL, M. *Transitions from education to work in European*. Oxford, Oxford Scholarship Online. 2003. pp. 107-128.
- GUIMARÃES, N. A. "Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais." In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006. pp. 171-198.
- HANNAN, D. F. RAFFE, D. and SMYTH, E. *Cross-National Research on School to Work Transitions: An Analytical Framework*. Paris: OECD, 1996.
- HASENBALG, C. "A distribuição de recursos familiares." In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V (Orgs.) *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.55-83.
- "A transição da escola ao mercado de trabalho." In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V (Orgs.) *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003a. p. 147-172.
- KALLEBERG, A. L. "Nonstandard Employment Relations and Labour Market Inequality." In David B. Grusky, *Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective*. Oxford: West View Press, 2008.
- ISHIDA, H. MULLER, W. and RIDGE, J. M. "Class Origin, Class Destination, and Education: A Cross-National Study of Ten Industrial Nations". *The American Journal of Sociology*. Vol.101. N. 1, 145-193. 1995.
- LAM, D.; MARTELETO, L. *Stages of the demographic transition from a child's perspective: family size, cohort size, and children's resources*. Michigan: University of Michigan, Population Studies Center, 2006. 39 p. (Research report, 06-591)
- MADEIRA, F. R. "Educação e desigualdade no tempo da juventude." In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006. Cap. 5, p. 139-170.
- MARTELETO, L. "O papel do tamanho da família na escolaridade dos Jovens". *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.19, n.2, jul./dez. 2002.
- MULLER, W. and GANGL, M. *Transitions from education to work in European*. Oxford, Oxford Scholarship Online. 2003.
- MULLER, W. and SHAVIT, Y. *From School to Work: A Comparative Study of Educational Qualifications and Occupational Destinations*. Oxford, Clarendon Press. 1998.
- PRATES, A. A. P. *Os sistemas de ensino superior na sociedade contemporânea diversificação, democratização e gestão organizacional - o caso brasileiro*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2005
- RIBEIRO, C. A. C. *Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- Transitions into adulthood in Brazil*. 2009.
- SHAVIT, Y. BLOSSFELD, H-P. *Persisting Barrier: Changes in Educational Opportunities in Thirteen Countries*. Badia Fiesolana, San Domenico (FI) Italy. 1991.
- SILVA, N. d. V. e HASENBALG, C. A. "Raça e Oportunidades educacionais no Brasil." In: SILVA, N. d. V. e HASENBALG, C. A. (Org.) *Relações Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992. Cap. 5, p. 79-100.
- TOMÁS MC. *O ingresso dos jovens no mercado de trabalho: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas*. Dissertação (Mestrado em Demografia) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, 2007.
- WOLBERS, M. H. J. "Learning and working: double statuses in youth transitions." In: MULLER, W. and GANGL, M. *Transitions from education to work in European*. Oxford, Oxford Scholarship Online. 2003. pp. 131-155.